



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 151/2016

DE 10 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a transparência dos atos públicos no âmbito da Administração Pública Municipal e o acesso à informação previsto no inciso XXXIII, do caput, do art. 5º, no inciso II do §3º, do art. 37 e no §2º, do art. 216, da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica Municipal submete à apreciação dessa Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos e as normas a serem adotados para garantir o acesso as informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º, do art. 37 e no §2º, do art. 216, da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º. Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do poder executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.

Art. 3º. O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica:

- I- Às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;
- II- Às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Art. 4º. Fica criado o serviço de informação ao cidadão – SIC, que ficará instalado na Rua Josefa Eugênia S/N, no Prédio da Prefeitura, nas dependências da Secretaria de administração.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único. Cabe ao serviço de informação ao Cidadão – SIC:

- I- Disponibilizar atendimento presencial ao público;
- II- Receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;
- III- Orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o tramite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no endereço eletrônico: www.curraldecima.pb.gov.br.
- IV- Zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;
- V- Elaborar relatório mensal dos atendimentos;

Art. 5º. Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações referentes aos órgãos e às entidades municipais, preferencialmente, no endereço eletrônico www.curraldecima.pb.gov.br e, na impossibilidade de utilização desse meio, apresentar o pedido no serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

§1º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I- Nome do requerente;
- II- Número de documento de identificação;
- III- Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV- Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicação ou da resposta requerida.

§2º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I- Genéricos;
- II- Desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III- Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informação, ou serviços de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§3º. Na hipótese do inciso III do §2º, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 6. As informações solicitadas serão prestadas pelos serviços de informação ao Cidadão – SIC, no prazo de, até, 30 (trinta) dias.

§1º. O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, por mais quinze dias, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dada ciência ao requerente.

§2º. Não sendo possível o fornecimento da informação, o serviço de informação ao Cidadão – SIC deverá:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

- I- Apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou
- II- Comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão a entidade ou a organização, não pertencente à administração Pública Municipal, que deve detê-la.

§3º. Quando não for autorizado o acesso, por se tratar de informação reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de recurso.

§4º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação se deu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 7º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvadas a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§1º. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal n. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§2º. Caso esteja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 8º. As informações de interesse público serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.curraldecima.pb.gov.br, os quais serão atualizados, rotineiramente, e deverá atender, dentre outros, aos seguintes requisitos:

- I- Conter formulário para requerimento de acesso à informação;
- II- Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso a informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III- Possibilitar a impressão de relatórios, planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV- Garantir a autenticidade e a integralidade das informações disponíveis para acesso;
- V- Indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com serviço de informação ao Cidadão- SIC; e
- VI- Adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Parágrafo único – É dever dos órgãos e entidades municipais promover independente de requerimento a divulgação em seus sítios na internet de informação de interesse coletivo ou geral por eles produzidos.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º. Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.curraldecima.pb.gov.br, as seguintes informações de interesse público.

- I- Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupante, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II- Programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III- Receita orçamentaria arrecadada;
- IV- Repasses ou transferências de recursos financeiros;
- V- Execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupos de despesas;
- VI- Licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VII- Remuneração e subsídios dos cargos, postos, graduação, função e emprego público;
- VIII- Resposta a perguntas mais frequentes da sociedade; e
- IX- Contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40, da lei nº 12.527/2011, e telefone e correio eletrônico do serviço de informação ao cidadão –SIC.

Parágrafo único – As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na internet, quando estiverem, disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 10. No caso de indeferimento de acesso a informações ou as razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de dez dias, a contar da sua ciência.

§1º. O recurso será apresentado no serviço de informação ao cidadão – SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo se manifestar no prazo de dez dias.

§2º. Mantida novamente a negativa, o recurso será encaminhado à comissão Mista de reavaliação de informações.

Art. 11. Fica criada a comissão Mista de reavaliação de informações com a seguinte representação:

- I- Um representante da secretaria Municipal de administração;
- II- Um representante da Secretaria Municipal de finanças;
- III- Um representante da procuradoria ou Assessoria jurídica;

§1º. A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de informações é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

§2º. O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser desligado da função nos casos de renúncia, falta injustificada a três reuniões consecutivas ou desligamento do órgão que representa.

§3º. A presidência da Comissão Mista de reavaliação de informações será indicada pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido.

Art. 12. Cabe à comissão Mista reavaliação de informações:

- I- Manter registro de cada órgão e entidade do poder executivo municipal, para decisão quanto ao acesso a informações de dados sigilosos ou reservados da respectiva área;
- II- Requisitar da autoridade que classificar informações como sigilosas, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;
- III- Rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;
- IV- Recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação desta Lei;
- V- Manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso à informação.

Art. 13. Ao presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informação cabe:

- I- Presidir os trabalhos da Comissão;
- II- Aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;
- III- Dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;
- IV- Designar o membro secretário de administração a ata com as decisões tomadas pelo colegiado, para serem encaminhadas ao prefeito Municipal;

§1º. A comissão Mista de reavaliação de informações reunir-se-á, sempre que convocada pelo presidente.

§2º. A Comissão Mista de reavaliação de informações atuará junto à Secretaria Municipal de administração.

Art. 14. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único – O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexos entre informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art.15. A secretaria Municipal de administração desenvolverá atividades para:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA
GABINETE DO PREFEITO

- I- Promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;
- II- Treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas às transparências na administração pública;
- III- Monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;
- IV- Definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na internet e no serviço de informação ao cidadão – SIC.

Art. 16. Na aplicação desta Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informação e as disposições do Decreto Federal n. 7.724, de 16 de Maio de 2012.

Art.17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Curral de Cima, Estado da Paraíba, em 10 de Março de 2016.


Nadir Fernandes de Farias
Prefeito